

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LETICIA FERNANDA MONTEIRO SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS PRIMEIROS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I**



MARINGÁ

2021

LETICIA FERNANDA MONTEIRO SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS PRIMEIROS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Artigo apresentado como requisito para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Profa. Me. Simone Sartori Jabur

MARINGÁ

2021

UM ESTUDO SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS PRIMEIROS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Resumo:

Esta pesquisa consiste em apresentar e abordar a alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, buscando apresentar as tendências teóricas ao longo da história e os ideários pedagógicos relacionados à concepção metodológica que fundamenta o processo de alfabetização e letramento de crianças em livros e textos acadêmicos. Para esse estudo utilizaremos como referencial teórico Magda Becker Soares, Emília Ferreiro - Ana Teberosky, Gladys Rocha, Maria Rosário Longo Mortatti, Leda Tfouni.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Ensino Fundamental

Abstract

This research consists of presenting and approaching literacy and literacy in the early years of Elementary School I, seeking to present the theoretical trends throughout history and the pedagogical ideas related to the methodological conception that underlies the process of literacy and literacy of children in books and texts. academics. For this study we will use as theoretical reference Magda Becker Soares, Emília Ferreiro - Ana Teberosky, Gladys Rocha, Maria Rosário Longo Mortatti, Leda Tfouni.

Keywords: Literacy, Literacy, Elementary Education

1 INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em apresentar e abordar a alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, buscando apresentar as tendências teóricas e os ideários pedagógicos relacionados à concepção metodológica que fundamenta o processo de alfabetização e letramento de aprendizagem da leitura, escrita e seus usos sociais.

Contudo, é que quando se fala em alfabetização logo percebemos a relação com o ato de ensinar ler e escrever, é o que esclarece Tfouni (1995),

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidade para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual (TFOUNI, 1995, p. 9).

Diante disso percebemos que o desenvolvimento da alfabetização se torna um processo individual e particular de cada criança, cada indivíduo tem o seu tempo, alguns possuem mais autonomia e desenvolvem com mais facilidade, já outros podem apresentar algumas dificuldades, porém dentro de certa normalidade. Magda Soares (2000, p.19) ao referir-se ao termo alfabetizado diz que “alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam”.

Na busca por novas práticas no ensino da escrita como uma linguagem, uma vez que a realidade era o ensino tradicional, no qual o professor não tinha para com os alunos uma troca de experiências, de conteúdos da vida ou até mesmo na relação com o espaço na sala, é que surge em 1980, o termo letramento, como explica Soares, que deriva da tradução da palavra *Literacy*.

Literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la (SOARES, 2000, p. 17).

Sendo assim, a autora defende o uso da leitura em diferentes meios e também em práticas orais, pois a criança está inserida em um mundo letrado, onde em qualquer ambiente expõe uma informação, imagem, escrita, permitindo uso da leitura, nesse sentido Soares (2000) corrobora com essa ideia ao afirmar que um adulto, mesmo não sendo alfabetizado, pode ser letrado.

De acordo com a autora, no Brasil o que se vê hoje é uma ascendente discussão sobre o letramento e alfabetização, pois há uma alteração no modo de considerar a aquisição da leitura e da escrita, sendo estas não somente vistas apenas como um ato mecânico de ler e escrever, mas também a partir das práticas sociais. Soares (2000) também aborda que nas pesquisas do Censo para caracterizar o indivíduo como alguém alfabetizado, utilizava-se como critério o fato de saber ler e escrever, mas que nas últimas décadas se o aluno é capaz de ler e escrever um bilhete simples já pode ser considerado alfabetizado, isto é, o foco passou de uma habilidade de codificação para a capacidade de utilizar a leitura e a escrita numa prática social.

Segundo Soares (2000) o que torna uma criança não só alfabetizada como também letrada é, não só o meio que ela está inserida, mas estratégias que contribuam para atingir tais objetivos. Sendo assim, o professor, reconhecendo as particularidades de cada aluno, precisa trabalhar de forma paciente para que não cause no indivíduo um trauma quanto a esse processo.

Para esse estudo utilizaremos como referencial teórico Magda Becker Soares, Emília Ferreiro - Ana Teberosky, Gladys Rocha, Maria Rosário Longo Mortatti, Leda Tfouni e também as plataformas de busca como Google Acadêmico, *Scielo* e Academia na identificação de artigos que abordem essa temática, utilizando as palavras-chave: alfabetização/método, letramento.

A partir do pressuposto de que houve alteração no processo de alfabetização do ensino fundamental I, procuramos com essa pesquisa analisar e relatar dados e informações importantes para o âmbito social, educacional e familiar acerca do processo de alfabetização e letramento e compreender as tendências teóricas e metodológicas que embasam tais artigos. Contudo, para atingir tais objetivos levantamos as seguintes questões: Quais as tendências teóricas e os ideários pedagógicos relacionados à concepção metodológica que fundamenta o processo de alfabetização e letramento de crianças ao longo da história brasileira? E segundo: Qual a abordagem em relação à alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental I?

A hipótese desse trabalho é que para aprender a ler e a escrever, é preciso ir para além disso, fazendo uso da leitura e da escrita como parte essencial na transformação do sujeito, possibilitando ao indivíduo transpor seu estado ou condição em vários aspectos: social, cultural, cognitivo, linguístico, entre outros no mundo do trabalho.

2. Alfabetização e letramento no Brasil

É importante salientar sobre a complexidade da alfabetização e letramento no âmbito escolar, essa complexidade envolve tanto políticas de alfabetização, como professores, e gestores, bem como toda a equipe envolvida nesse processo que é tão rico em desafios e conquistas. Rosméri Hermes em “Docências, crianças e políticas de alfabetização/letramento” de 2018, aponta que o caminho da alfabetização se torna complexo, pois envolve todos da equipe e conseqüentemente a questão política, visto que, todas as decisões são tomadas no coletivo, tanto no modo de ensinar, como no de aprender e sobre o método escolhido.

Nessa perspectiva, abordar políticas de alfabetização/letramento escolar na perspectiva da complexidade, após as ações e tentativas de reformas, possibilita uma mudança nos hábitos de pensamento educacional (HERMES, 2018, p. 35).

Sendo assim, para um melhor entendimento sobre o assunto vale voltar na história e lembrar como se deu o processo de aquisição da leitura e escrita nas escolas brasileiras. Nos estudos desenvolvidos por Maria do Rosário L. Mortatti (2006), a autora faz um estudo que abrange desde o ensino das primeiras letras até o letramento de fato, estudo que se tornou referência na história da alfabetização no Brasil. Segundo a autora na conferência de 2006 para o Ministério da Educação e Cultura/MEC intitulada "História dos métodos de alfabetização no Brasil" a autora declara que:

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com "antigas" e "novas"

explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. (MORTATTI, 2006, p.01)

Já Hermes (2018) aborda que a história da alfabetização se deu com a chegada dos padres da Companhia de Jesus em 1549, e foi por essa razão que surgiu as primeiras escolas de “ler, escrever e contar”, com o objetivo de catequizar, cristianizar e instruir a criança indígena. Embasados na metodologia da *Ratio Studiorum* (1599), modelo adotado pelos jesuítas em todos os seus colégios, basicamente em sua organização, possuía: Língua, literatura, poesia, história, retórica, lógica, combinados com matemática, geografia, filosofia ciências naturais e outras disciplinas religiosas que compunham um documento curricular bem organizado e detalhado. Nele também havia a orientação da metodologia, a distribuição de prêmios que deveriam ser dados aos melhores alunos, assim como os castigos. Aliás, como bons cristãos, não eram muito afeitos aos castigos corporais e preferiam estimular as boas atitudes do que punir os erros.

De acordo com Mortatti (2006), foi no ano de 1759 que deu início ao processo de organização da instrução pública, com o objetivo de formar homens para trabalhar em vários setores do Estado brasileiro. Porém, ainda sob forte influência do modelo adotado *Ratio Studiorum* e com a expulsão dos jesuítas, a educação passa a ser responsabilidade do Estado no que diz respeito a sua implementação e organização. Este processo só foi, em parte, instituído com a Proclamação da Independência do Brasil 1822, segundo a autora:

Até o final do Império brasileiro, o ensino carecia de organização, e as poucas escolas existentes eram, na verdade, salas adaptadas, que abrigavam alunos de todas as “séries” e funcionavam em prédios pouco apropriados para esse fim; eram as “aulas régias”, já mencionadas. Em decorrência das precárias condições de funcionamento, nesse tipo de escola o ensino dependia muito mais do empenho de professor e alunos para subsistir. E o material de que se dispunha para o ensino da leitura era também precário, embora, na segunda metade do século XIX, houvesse aqui algum material impresso sob a forma de livros para fins de ensino de leitura, editados e produzidos na Europa. Habitualmente, porém, iniciava-se o ensino da leitura com as chamadas “cartas de ABC” e depois

se liam e se copiavam documentos manuscritos. (MORTATTI, 2006, p.05).

Somente no ano de 1889 que se deu início ao processo de escolarização do ensino da leitura e da escrita, com o intuito de reverter o quadro anterior, visando mudanças econômicas, políticas e sociais do país. A intenção era formar indivíduos esclarecidos, críticos que soubessem ler e escrever. Então, já nessa fase, a escrita era a representação da caligrafia e ortografia, indispensáveis para a aprendizagem da leitura. Nos anos iniciais, ensinava sobre a leitura decifração, processo considerado crucial na educação básica de qualquer sistema de ensino. E nos próximos anos aprendia a leitura corrente, no qual condiz com o aprendizado individual para a leitura e escrita, aponta a Tfouni:

Aqui ainda opera a lógica da aprendizagem da leitura como um processo de decifração de códigos apenas. Na Contemporaneidade, nos anos iniciais, centralizam-se os usos e as funções da leitura e da escrita no processo de alfabetização/letramento. Como exemplo disso, o PNAIC em sua materialidade, em seus cadernos didáticos apresenta em sua opção política a proposta de alfabetizar a partir dos usos e funções sociais da leitura e da escrita (TFOUNI, 2006).

Contudo, aproximadamente em 1920, em São Paulo, houve o crescimento das escolas e a necessidade de formalização de um método único. Com isso, foi empregado o ensino analítico que, segundo Mortatti (2006), recebeu grande influência da pedagogia norte-americana, para o ensino da leitura, caracterizada pela exploração do todo e as partes de forma simultânea. Em uma obra de 1960, com apresentação de Anísio Teixeira, o autor estadunidense I. L. Kandel aponta:

De maneira geral, a característica principal do ensino primário em todo mundo era a importância primordial atribuída à difusão da alfabetização, finalidade essa que subsistiu através dos anos, como se pode comprovar pelas campanhas de alfabetização dos países ditos subdesenvolvidos. Deve-se a isto à noção que um povo que sabe ler representa para a nação um patrimônio de cidadãos inteligentes e trabalhadores. A falácia desse conceito e a necessidade de se considerar o ensino normal de um ponto de vista social e econômico foram evidenciados na teoria da educação fundamental" pugnada

pela UNESCO (1949). Não se pode negar o valor, a importância de uma educação sólida [...] Sir Richard Livingstone acentuou a necessidade de se considerar esse problema no parágrafo primeiro de seu livro *The Future of Education*. A isto se deve acrescentar que, quando se ensina o povo a ler sem ensinar a analisar o que está lendo, se está colocando terrível arma nas mãos dos propagandistas. [...] Sem embargo, o emprego que se faz da alfabetização como instrumento de propaganda nos países democráticos é amplamente conhecido (KANDEL, 1960, 118-119).

Mortatti (2006) identifica várias outras reformas empregadas no território brasileiro para resolver a problemática do analfabetismo na época e as diversas alterações na forma de ensinar, e que percebemos que as afirmações de Magda Soares começam a fazer sentido, quando pensamos no fracasso das campanhas de alfabetização:

Isso explica o fracasso das campanhas de alfabetização em nosso país: contentam-se em ensinar a ler e escrever; deveriam, em seguida, criar condições para que os alfabetizados passem a ficar imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar no mundo letrado, ou seja, num mundo em que as pessoas têm acesso à leitura e à escrita, têm acesso aos livros, revistas e jornais, têm acesso às livrarias e bibliotecas, vivem em tais condições sociais que a leitura e a escrita têm uma função para elas e tornam-se uma necessidade e uma forma de lazer (SOARES, 2003, p. 58-59).

Diante desse contexto, Mortatti (2006, p.09) salienta que nos anos de 1930 todas essas experiências de reformas trouxeram a necessidade de diretrizes a nível da esfera federal e a obrigatoriedade do ensino primário e alfabetização dos adultos, como consta na Constituição de 1934:

Essa tendência de relativização da importância do método decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro Testes ABC para verificação a maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita (1934), escrito por M. B. Lourenço Filho.

Para Mortatti (2006) esse movimento se estende até o final da década de 1970, interligando-se com uma outra nova tradição no ensino da

leitura e da escrita: a alfabetização sob medida, que corresponde como ensinar, subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática estão subordinadas às de ordem biológicas.

3. Emilia Ferreiro e Ana Teberosky : níveis de evolução da escrita

Com o avanço do pensamento construtivista e socioconstrutivista no Brasil, na década de 1980, surgem teóricos da alfabetização e letramento como a argentina Emilia Ferreiro, no caso do construtivismo, que ampliam as pesquisas na área da psicogênese da língua escrita e com isso ampliam-se as discussões sobre a não utilização de cartilhas no ensino básico. Para Mortatti (2006, p.11):

...nesse momento, tornam-se hegemônicos o discurso institucional sobre o construtivismo e as propostas de concretização decorrentes de certas apropriações da teoria construtivista. E tem-se, hoje, a institucionalização, em nível nacional, do construtivismo em alfabetização, verificável, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dentre tantas outras iniciativas recentes.

Sendo assim, a partir da década de 80, do século passado, a alfabetização no Brasil foi marcada por uma mudança de paradigma inspirada nos estudos do psicólogo franco-suíço Jean Piaget, sobre a psicologia e sua epistemologia genética, pesquisadoras como Emília Ferreiro e Ana Teberosky em seus estudos sobre o processo de construção da leitura e escrita, produzem uma espécie de síntese que mapeia o caminho que cada sujeito percorre até adquirir de fato a língua escrita.

A criança não espera ter seis anos, e nem ter uma educadora responsável pela sua aprendizagem, para começar a refletir sobre o que é ler e escrever. Ao ingressar na escola, ela já formulou as mais variadas hipóteses sobre este objeto de conhecimento, as quais devem ser respeitadas pelo educador (LOPES, ABREU, MATTOS, p. 7, 2010).

Para Ferreiro (2007) nenhuma criança chega à escola sem conhecimento prévio da língua escrita. Elas não aprendem porque vêm e escutam ou por terem lápis e papel à disposição, mas sim porque estão inseridas cognitivamente com o que o meio lhes oferece, concepção que também encontramos na fala de Magda Soares:

A linguagem verbal se realiza por meio de signos linguísticos. Quando dizemos ou ouvimos palavras como SAPO e MESA, utilizamos signos linguísticos. Esses signos possuem sempre duas faces, como as moedas. Uma das faces é o significado, ou a ideia que formulamos ao falar ou escutar as palavras SAPO e MESA. A outra face é o significante, ou aquele conjunto de sons articulados, ao qual associamos um significado (SOARES, 2005, p.17).

Em seus estudos acerca do processo de aprendizagem da escrita, Emília Ferreiro (2007) identificou os quatro níveis de evolução dessa linguagem e depois desse processo, segundo a autora, a criança já é capaz de interpretar (ler) e reproduzir (escrever). É importante que o professor saiba o nível de evolução que seu aluno se encontra, para que dessa forma consiga intervir com mais eficiência no processo. Segundo Ferreiro, os quatro níveis de evolução da escrita são: nível pré-silábico, nível silábico, nível silábico alfabético e nível alfabético.

O nível pré-silábico, corresponde a fase inicial, na qual a criança não diferencia o desenho da escrita, não lhe atribuindo significado, pensa que a representação do desenho seria o nome do objeto. A forma como a criança dá sequência neste processo é bem interessante e possível observar com clareza, a autora salienta que a criança começa a produzir riscos ou rabiscos típicos da escrita que tinha como forma básica (modelo). Se a forma básica for letra de imprensa, fará rabiscos separados, com linhas retas e curvas; se for a letra cursiva o modelo com que ela tem contato, fará rabiscos ondulados ou em ziguezagues. Dessa forma, a criança acredita que é possível ler nomes diferentes com grafias iguais, pois não distinguem a representação da escrita em som e fala, para explicar esse fato Lopes (2010) apresenta exemplos:

Ex.: gelatina – S R I O B bala – S R I O B cocada – S R I O B
O B Posteriormente, a criança nega essa sua hipótese, porque diz que, para ler nomes diferentes, eles devem

ser escritos com letras diferentes. EX.: Gelatina – A U O T, bala – A C V E cocada – N O S D (LOPES *et alli* 2010, p. 08).

Outro ponto extremamente relevante que a pesquisa de Ferreiro (2007) enfatiza nesse processo, é sobre o eixo quantitativo e qualitativo. No primeiro a criança estabelece exigências com relação a quantidade de letras para uma palavra, para elas as palavras com uma sílaba somente não são lidas porque tem poucas letras, são excluídas em seu critério de quantidade. Já no eixo qualitativo para as crianças ler e escrever, torna-se necessário a representação de várias letras menos as palavras que possuem letras iguais.

O segundo nível corresponde ao nível silábico, o qual já é considerado um grande avanço, de acordo com a pesquisadora nessa fase a criança já consegue ter a ideia de que a escrita representa o som da fala, mas com algo significativo, cada letra vale uma sílaba, dessa forma ela separa a quantidade de letras através das sílabas. Podemos citar alguns exemplos apresentados pela autora:

Jacaré – F R A (silábico restrito) – a escrita da criança está restrita a letras de sua experiência no momento da escrita. Jacaré – J K R, J C E, A K E ou A A E (silábico evoluído) – a escrita da criança contém a correspondência sonora das vogais ou consoantes. Alguns conflitos são vivenciados nesta fase, como: Hipótese da quantidade mínima: elas acreditam que existe uma quantidade mínima de três letras para escrever. Desta forma, palavras monossílabas e dissílabas precisam ser escritas com um mínimo de três ou quatro letras (LOPES *et alli* 2010, p.08).

Quando as autoras citam tais exemplos na sua obra "Psicogênese da Língua Escrita" (2007) é interessante trazermos para prática, pois é possível observar que por essa razão quando convidamos uma criança nesse período para ler a sua escrita, ela passa com os dedos pela palavra, mas pronuncia a cada letra uma sílaba.

O terceiro nível, silábico alfabético, corresponde a transição do nível anterior para o atual, ou seja, a criança consegue ter a percepção de que não faz mais sentido cada letra representada em sua grafia para uma sílaba e a

partir daí começa a acrescentar mais letras. De acordo com Ferreiro (2007) faz a menção de que um adulto que não tem o conhecimento necessário para identificar esses aspectos, podem achar que a criança está omitindo letras, o que não procede, uma vez que a criança na verdade está acrescentando letras da fase anterior, como já ressaltado. Exemplos: Pato = PTU e Macaco = MCACO. Segundo Magda Soares (2005, p.37):

Depois de estar atenta apenas aos aspectos gráficos da escrita, a criança pode voltar sua atenção para a finalidade da escrita: para que ela serve? Fazendo essa pergunta, a criança progressivamente – vivenciando situações em que a escrita é utilizada – infere que ela serve para “dizer alguma coisa”, isto é, que textos “dizem algo”, manifestam uma intenção comunicativa. São, portanto, algo que tem por função simbolizar ou representar outra coisa e que essa “coisa” é um significado linguístico, em geral, para a criança um nome. Descobrimo que a escrita representa um significado linguístico, a criança dá, assim, um passo extremamente importante para sua alfabetização: ela descobre, na verdade, que a escrita representa uma dimensão da linguagem humana.

Chegando no nível alfabético e na fase final do processo da alfabetização, as autoras consideram que as crianças venceram todos os desafios do “sistema de representação da linguagem escrita”, ela já consegue entender os fonemas de suas palavras. Mas deixam claro de que nem todos os obstáculos foram superados, pois ainda ocorrerão dificuldades com relação à ortografia, mas isso segundo o estudo se trata de um outro tipo de abordagem a ser trabalhado com a criança, dessa forma podemos concluir que o sistema da escrita já foi superado.

3. A alfabetização e letramento de crianças no ensino fundamental I

Para um melhor entendimento sobre esse conceito alguns estudos trazem de forma didática e sistematizada a concepção do processo de ensino e aprendizagem da língua escrita, principalmente documentos norteadores produzidos e divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura MEC/Governo Federal, no “Caderno do Educador: Alfabetização e Letramento” da Janine

Ramos Lopes, Volume I (2010) e "Alfabetização e letramento: conceitos e relações" de Carmi Ferraz Santos (2007).

No "Caderno do Educador" (2010) o estudo trás uma abordagem em forma de 5 eixos para facilitar a compreensão. São eles:

1º eixo – compreensão e valorização da cultura escrita;

2º eixo – apropriação do sistema de escrita;

3º eixo – leitura;

4º eixo – produção de textos escritos;

5º eixo – desenvolvimento da oralidade;

De acordo com os autores, no primeiro eixo “Compreensão e valorização da cultura escrita” o professor está incluindo o aluno ao mundo letrado, seria a introdução concreta desse universo para o educando e isso sem esquecer da alfabetização, pois como já vimos no decorrer do estudo a alfabetização e letramento são processos indissociáveis que devem caminhar juntos:

Sabemos que a alfabetização é um processo, e não se limita apenas a ler e escrever os signos do alfabeto, mas, sim, compreender como funciona a estrutura da língua e a forma como é utilizada. Dessa forma, entendemos a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo dinâmico, que se faz por duas vias de acesso, uma técnica (alfabetização) e outra que diz respeito ao uso social (letramento). (LOPES, 2010, p.04)

Já no segundo eixo, “Apropriação do sistema de escrita”, seria a continuação do primeiro processo, já trata da premissa de que cada som é representado por uma letra. Essa fase se torna crucial na vida do indivíduo, pois é nesse momento que ele passa a compreender que a representação da escrita se dá pelos grafemas-fonemas.

No terceiro eixo, “Leitura” o texto pontua que para o início desse processo, não necessariamente o aluno precisa estar lendo ou escrevendo, aponta a importância dos textos orais, aqueles em que a criança já conhece, ou gosta de cantar e recitar com facilidade, como: parlendas, cantigas, músicas,

poemas, quadrinhos, enfim, são materiais em sua maioria ilustrativos que cativam a atenção dos alunos.

Já no quarto eixo “Produção de textos escritos”, segundo as autoras o aluno já tem a concepção de que o texto é nada mais do que uma forma de comunicação. A ideia que elas colocam para o início do trabalho em sala, é trazer palavras ou pequenas frases, pois dessa forma favorece a compreensão da criança.

No quinto e último eixo, “ Desenvolvimento da oralidade” revelam sobre a importância de repassar aos educandos essa comunicação da linguagem de forma adequada e com qualidade, mas sempre respeitando o ambiente formador do indivíduo, o convívio familiar onde adquiriu em um primeiro momento a linguagem oral. Em sala, como continuação do eixo anterior, isso poderá ser feito de forma oral pelo professor, com materiais que apoiem esse processo tão importante.

Lopes (2010) aponta ações para o “ambiente alfabetizador”, o educador precisa fazer da sala de aula um lugar que favoreça o aprendizado do aluno. Um espaço voltado para a escrita e linguagem oral, que tenha representações e estímulos para o desenvolvimento dos alunos. O texto salienta de forma clara que nesse ambiente as representações de escrita precisam ter suas funções diárias, para que o aluno construa de forma gradativa o visual, a oralidade e a escrita.

Além de tudo que já foi apontado, o caderno apresenta cinco fatores essenciais para a prática em sala: Atividades significativas, capacitação docente, autoestima, intervenções, realizar diagnósticos. Para as atividades significativas o estudo aponta sobre a relevância de levar para o aluno atividades e leituras de textos que sejam prazerosos e de acordo com a realidade própria do aluno, dessa forma, amplia o conhecimento e favorece o gosto pelo que está sendo abordado naquele momento.

Na capacitação docente, o professor precisa conhecer o seu aluno em seus diferentes níveis e acreditar em seu trabalho, na sua competência e formação, pois cada criança tem o seu tempo e diferentes capacidades. Como próximo fator importante, as autoras trazem a autoestima, dando ênfase às

capacidades do professor em enfrentar os desafios propostos. Nas “Intervenções” elas falam sobre a necessidade de construção e problematização dos conceitos.

As intervenções devem ser problematizadoras, ou seja, devem colocar bons problemas para serem resolvidos pelos educandos. Conhecer a gênese da leitura e da escrita: um educador competente conhece profundamente a gênese da língua escrita, formulada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, para saber mediar as intervenções e atividades necessárias a obter sucesso no processo de alfabetização. Utilizando-se dessas estratégias em seu trabalho, sem dúvida, o resultado será bastante compensador (LOPES *et alli*, 2010 p. 7).

O estudo é bem claro no que diz respeito às diferentes formas de trabalhar o processo de alfabetização e letramento, trazendo na prática como lidar com as situações. E vale lembrar que no último fator “realizar diagnósticos”, a necessidade do diagnóstico é extremamente importante, pois de acordo com elas, é a partir desse material que o professor terá o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos antes de dar sequência ao processo, para que a aprendizagem seja leve e plena, o professor precisa saber qual direção irá seguir.

No "Alfabetização e letramento: conceitos e relações" de Carmi Ferraz Santos *et alli* (2007) apresenta que:

É preciso o desenvolvimento de um ensino no nível da palavra, que leve o aluno a perceber que o que a escrita representa (nota no papel) é sua pauta sonora, e não o seu significado, e que o faz através da relação fonema/grafema. Assim, é imprescindível que, diariamente, em turmas de alfabetização em que os alunos estão se apropriando do sistema de escrita, a professora realize atividades com palavras que envolvam, entre outras coisas: uma reflexão sobre suas propriedades: quantidade de letras e sílabas, ordem e posição das letras, etc., a comparação entre palavras quanto à quantidade de letras e sílabas e à presença de letras e sílabas iguais; a exploração de rimas e aliteração (palavras que possuem o mesmo som em distintas posições (inicial e final, por exemplo)

Podemos afirmar que alfabetizar é um processo de transformação que vai se operando no sujeito e sua relação com os objetos, no processo de

ensino/aprendizagem geradas no interior de práticas sociais e culturalmente determinadas no espaço escolar e para além da escola.

Considerações finais

O intuito deste artigo foi apresentar questões relacionadas à alfabetização e letramento. Num primeiro momento, discutiu-se brevemente um panorama acerca do histórico da alfabetização no Brasil e algumas iniciativas governamentais para fortalecer a educação no país e, no segundo momento apresentou-se autores(as) que construíram pesquisas a partir da teoria construtivista piagetiana.

O resgate histórico da alfabetização e letramento no Brasil bem como uma ampla gama de documentos e textos produzidos pelo governo federal, via MEC, só demonstra que o país ainda não superou os problemas do processo de alfabetização e letramento na educação básica.

É notório o descaso que passa a educação hoje no Brasil, por meio de pesquisas as quais apontam um grande índice de sujeitos teoricamente “escolarizados”, porém analfabetos funcionais, incapazes de compreender uma leitura. Mas a alfabetização no Brasil passou por mudanças bastante significativas a partir da introdução dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky e como princípio de contribuição que esse conhecimento forneceu e ampliou as discussões e pesquisas no Brasil.

Agradecimentos

Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus por toda a força que tem me dado ao longo dos quatro anos de graduação, sem ele eu não seria capaz de concluir meu sonho e obter a tão sonhada formação acadêmica. Foram anos de muitos desafios, superações, obstáculos, choros, exaustão, mas que ao final todo o esforço valeu muito a pena.

Em segundo momento eu agradeço a minha família, meus pais e meus irmãos que sempre me apoiaram em todos os momentos, não me deixaram desistir, quando eu pensava em olhar para trás sempre foram eles o meu alicerce e a base de tudo na minha vida.

Também agradeço com muito carinho ao meu esposo, por ter passado comigo todos esses anos, por ter me ajudado, por ter sido o meu amparo em cada dificuldade e a platéia da minha vitória a cada objetivo alcançado. Eu não me formo sozinha, mas sim com todos eles que dividiram esse sonho comigo.

De uma forma especial também agradeço ao meu primo, que não está mais entre nós, porém que teve grande contribuição em minha formação, era quem me levava e me buscava todos os dias, no caminho da faculdade conversávamos sobre o grande dia da formatura, almejamos isso juntos! Porém, infelizmente Deus permitiu que ele tivesse outro fim e que eu seguisse nosso sonho sozinha, foi difícil, doeu e ainda dói muito. Mas todo o meu carinho em forma de agradecimento eu dedico a ele, uma pessoa maravilhosa que fez e ainda faz parte da minha vida onde quer que esteja.

E claro que não poderia deixar de agradecer às minhas amigas que conquistei na faculdade, por todos os momentos de apoio, choros, angústias, estudos, etc. Posso dizer que a nossa união e amizade fez toda a diferença nesse percurso.

E com certeza agradeço de uma forma mais que especial a minha orientadora que não desistiu de mim, confiou em meu trabalho e foi recíproco. Obrigada professora por todas as orientações, por ter acreditado até o último momento, palavras não seriam capazes de expressar tamanha gratidão.

REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação departamento da Educação Básica. Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Trad. Diana Myrian Lichtenstein et all. Ed. Artmed, Porto Alegre, 1999. Reimpressão 2008.

FERREIRO, Emília. **A representação da linguagem e o processo de alfabetização**. Cadernos de Pesquisa, v. 52, 1985.

GROSSI, Esther Pillar. **Didática dos níveis pré-silábicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HERMES, Rosméri. **Alfabetização e Letramento: entre capturas e possibilidades nas escolas municipais de Arroio do Tigre /RS**. São Paulo: Pimenta Cultura, 2018.

LOPES, Janine Ramos. Caderno do educador : alfabetização e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. : il. -- (Programa Escola Ativa) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5707-escola-ativa-alfabetizacao1-educador&Itemid=30192 Acesso: 02/03/2022

KANDEL, I. L. **Uma nova era em educação: estudo comparativo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. P. 15-20.

MORTATTI, Maria R. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. DISPONÍVEL EM: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf

OLIVEIRA, CASTELA. **Alfabetização e/ou letramento: implicações para o ensino**. Revista Travessia ISSN 1982-5935. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-2009). Vol 7 N° - 2013 pg. 281-297. 17º edição.

REVISTA NUPEM. Condições para submissão. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/about/submissions>. Acesso em: 23 de out de 2022.

ROCHA, Gladys. **A apropriação das habilidades textuais pela criança**. Campinas: Papirus, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*

_____. **Alfabetização a questão dos métodos.** 1. ed. São Paulo: Contexto.

_____. **Alfabetização e letramento: caderno do professor.** Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. (Coleção Alfabetização e Letramento)

THOMAZ, Jaime Roberto. **Alfabetização e Letramento.** Net, Santa Catarina, out. 2009. Disponível em: [webartigos.com/artigos/alfabetização-e-letramento](http://webartigos.com/artigos/alfabetizacao-e-letramento)
Acesso em: 07 agosto. 2019.

TFOUNI, Leda. **Letramento e alfabetização.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões de nossa época)

REFERÊNCIAS,

- REFERÊNCIAS das obras citadas devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, **sem abreviação** dos nomes dos autores, em tamanho 12 e espaçamento 1,5, conforme Normas da ABNT.

Exemplos de referências

Periódico científico

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.

Livro

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Capítulo de livro

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 171-177.

Teses / Dissertações / Monografias

SILVA, Elaine Cristina. *Contradições e conflitos na atuação de empresas e do INSS no processo de retorno ao trabalho de trabalhadores afastados por LER/DORT*. 231f. Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

Trabalhos publicados em eventos

NASCIMENTO, Lara Pazinato et al. Quando as pautas são maiores que as placas: católicos e evangélicos pela defesa da vida. In: Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (UEL-UBI). *Anais...*

- TÍTULO deve ser centralizado, em letra maiúscula e em negrito, em português, espanhol e inglês;
- RESUMO em um único parágrafo, espaçamento simples, de no máximo 150 palavras, acompanhadas de até quatro palavras-chave, em português, espanhol e inglês;
- CITAÇÕES no interior do texto devem observar a seguinte norma: sobrenome do autor em caixa baixa, ano da obra, vírgula e a página. Ex: Kuhn, 1978, p. 216;
- CITAÇÕES no corpo do texto devem vir entre aspas. As citações com mais de três linhas deverão vir fora do corpo do texto, contendo a mesma fonte, tamanho 11, espaçamento simples e recuo de 4 cm à esquerda;
- ASPAS devem ser utilizadas: em citações diretas (até três linhas); menções de eventos ou obras como livros, capítulos, artigos, filmes; citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque. As aspas, nesse caso, devem ser usadas com moderação;
- ITÁLICO deve ser utilizado apenas para palavras em língua estrangeira;
- NEGRITO e SUBLINHADO devem ser evitados.
- NOTAS DE RODAPÉ devem ser inseridas no final de cada página, e devem ser de caráter exclusivamente explicativo;
- FONTES DOCUMENTAIS devem ser referenciadas ao final do manuscrito, antecedendo as referências;
- REFERÊNCIAS das obras citadas devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, **sem abreviação** dos nomes dos autores, em tamanho 12 e espaçamento 1,5, conforme Normas da ABNT.

Exemplos de referências

Periódico científico

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.
